

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 1.164, DE 2011

(Apensado: PL 1464/2011)

Acrescenta o § 3º e incisos ao art. 1º da Lei nº 11.770, de 09 de setembro de 2008.

Autor: Deputado LINCOLN PORTELA

Relator: Deputado ALAN RICK

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.164, de 2011, de autoria do nobre Deputado Lincoln Portela, pretende assegurar que a licença maternidade, em caso de nascimento prematuro, será estendida além dos 60 (sessenta dias) estabelecidos pelo Programa Empresa Cidadã.

Em sua justificção, o autor aponta que o nascimento prematuro “apresenta-se como traumático para a mãe e para o bebê, pois, de acordo com estudos levantados, a mãe prematura pode não estar pronta para assumir o estado particular da chamada ‘Preocupação Materna Primária’”.

Em apenso, encontra-se o Projeto de Lei nº 1.464, de 2011, do ilustre Deputado Edivaldo Holanda Junior, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar a licença maternidade para mães de recém-nascidos que necessitem permanecer em Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal.

As proposições tramitam em regime ordinário e foram distribuídas originalmente, para apreciação conclusiva, no mérito, pelas Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Trabalho, de Administração e Serviço Público; Seguridade Social e Família e para

apreciação dos aspectos técnicos pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Em 8 de abril de 2013 foi aprovado Requerimento para que a matéria seja apreciada também pela Comissão de Finanças e Tributação que deverá se pronunciar sobre a adequação financeira e orçamentária.

A proposição já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - CDEIC que aprovou a proposição principal e o projeto de lei apensado, na forma de Substitutivo. A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, por sua vez, aprovou a matéria na forma do Substitutivo da CDEIC.

No prazo regimental, no âmbito desta Comissão de Seguridade Social e Família, não foram oferecidas emendas às proposições.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Atualmente, a licença maternidade para as trabalhadoras da iniciativa privada é assegurada, sem prejuízo do emprego e salário, pelo período de 120 dias, conforme preceitua o art. 7º, inc. XVIII, da CF. O ônus de arcar com o salário da trabalhadora nesse período é da Previdência Social, por meio do pagamento do benefício denominado de salário maternidade.

Para as trabalhadoras empregadas, o salário continua sendo pago por sua empresa, que desconta do montante das contribuições devidas à Previdência Social. As trabalhadoras autônomas, que são enquadradas perante à Previdência Social na categoria de contribuinte individual, recebem o salário-maternidade diretamente do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Por meio da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, foi criado o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal. Esse programa consiste em incentivar que as empresas licenciem suas trabalhadoras por mais 60 dias, além dos 120 dias já garantidos pela Constituição Federal. No entanto, o

salário da trabalhadora não é pago pelo INSS durante esse período, mas sim pela própria empresa que, quando tributada com base no lucro real, poderá deduzir do imposto devido o total da remuneração integral da empregada referente aos dias de prorrogação de sua licença-maternidade.

Cabe esclarecer, ainda, que mediante alteração ao Programa Empresa Cidadã, procedido por meio da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, restou garantido também as mesmas condições para a extensão da licença-paternidade de 5 dias, por mais 15 dias adicionais.

A proposição principal propõe que a licença maternidade, em caso de nascimento prematuro, será estendida além dos 60 (sessenta dias) estabelecidos pelo Programa Empresa Cidadã. Para tanto, propõe alteração à Lei nº 11.770, de 2008.

A proposição em apenso contempla proposta semelhante, mas não estabelece período de até 60 dias, mas estipula que o tempo de licença maternidade seja acrescido do período em que durar a permanência do bebê na UTI. No entanto, a proposição apensada ao invés de alterar a Lei que cria o Programa Empresa Cidadã, pretende seja alterada a legislação de benefícios previdenciária, especificamente, o art. 71, da Lei nº 8.213, de 1991, que trata do salário-maternidade. Ademais, a proposição apensada estabelece que será permitido o acompanhamento do filho recém-nascido que permanecer na UTI três vezes a cada 24 horas, à mãe ou pai da criança.

O Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC, aprovado também na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP, com o intuito de contemplar as duas proposições de mérito semelhantes, incorpora tanto a alteração à Lei nº 11.770, de 2008, defendida no projeto de lei principal, quanto à alteração à Lei nº 8.213, de 1991, sugerida pelo apensado.

No mérito, concordamos inteiramente com ambas as proposições que nos antecederam na análise da matéria, ou seja, nada mais justo do que garantir às mães de crianças prematuras o direito a estender sua licença maternidade. Trata-se de uma medida que trará ganhos para o desenvolvimento do bebê prematuro que, certamente, mais fragilizado com as

condições de seu nascimento, precisa de acompanhamento mais intenso por parte de sua mãe.

A questão, no entanto, é definir quem será o responsável pelo pagamento do salário referente ao período adicional da licença maternidade por nascimento de filho prematuro. E nesse aspecto, o Projeto de Lei principal e proposição em apenso são conflitantes. Enquanto o primeiro inclui a proposta no Programa Empresa Cidadã e, portanto, a responsabilidade do salário seria da empresa que aderir ao programa tendo um benefício fiscal, a proposição pensada insere a garantia no dispositivo que trata do salário maternidade, de responsabilidade da Previdência Social. Por outro lado, embora insira na legislação previdenciária, menciona que será uma “licença-maternidade” e não um salário-maternidade.

Considerando a terminologia utilizada por ambas proposições, quais seja, “licença maternidade”, bem como a proposta que se afigura mais viável, sugerimos que a extensão do período seja incluída no Programa Empresa Cidadã, consoante redação proposta no art. 3º do Substitutivo da CDEIC. A alteração pretendida por esse dispositivo conflita com a pretendida no art. 1º, uma vez que residirá a dúvida se o salário deve ser pago pela Previdência ou pela empresa que descontará do imposto de renda devido? Ademais, não caberia na legislação previdenciária falar sobre licença maternidade, mas sim sobre salário maternidade. Acreditamos, ainda, que não cabe também na norma previdenciária incluir aspectos relacionados ao direito de acompanhamento do filho em UTI.

Pelas razões expostas, somos favoráveis aos Projetos de Lei nº 1.164 e 1.464, ambos de 2011, na forma do Substitutivo da CDEIC, com emenda para suprimir seu art. 2º.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado ALAN RICK
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.164, DE 2011

(Apensado: PL 1464/2011)

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, e a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, que “Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991”.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 2º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.164, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC e, como consequência, as referências na ementa e art. 1º à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado ALAN RICK
Relator